

Pirapora II Solar Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e aos Acionistas da
Pirapora II Solar Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora II Solar Holding S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pirapora II Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado relacionado à construção do projeto de geração de energia solar

Veja notas explicativas nº 3.7 e 14 das demonstrações financeiras

Principal ponto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>As controladas da Sociedade entraram em operação ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, encontravam-se em fase pré-operacional em parte do exercício, estando as obras relativas à construção do Complexo Solar Pirapora II ainda em andamento até maio, quando da entrada em operação das usinas. O imobilizado relativo à construção do referido do complexo para geração de energia solar, é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, acrescido dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à fase de desenvolvimento e dos custos dos empréstimos, desde que seja provável que trarão benefícios econômicos futuros. A determinação dos gastos que se qualificam como ativo imobilizado, incluindo a avaliação das premissas e critérios para o reconhecimento dos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e dos custos dos empréstimos atribuíveis à construção envolve julgamento por parte da Sociedade. Devido aos aspectos anteriormente mencionados, à relevância dos valores envolvidos e ao fato de qualquer alteração dos julgamentos exercidos na determinação dos gastos que se qualificam como ativo imobilizado poder impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados a revisão das capitalizações efetuadas no ativo imobilizado das controladas da Sociedade. Com base em amostragem, avaliamos as documentações que evidenciam os gastos com a construção do complexo para geração de energia solar e que comprovam a ocorrência de gastos adicionados à obra. Avaliamos a natureza das capitalizações efetuadas pela Sociedade para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado por intermédio de análise da documentação fornecida, analisamos se estavam de acordo com os requerimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade. Efetuamos ainda o recálculo da capitalização de juros de empréstimos e financiamentos e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado relacionado à construção do projeto de geração de energia solar é aceitável, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Jose Luiz Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Pirapora II Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.964.505	931.273	14.074.203	946.338
Aplicações Financeiras	5	66.796	-	3.640.598	29.788.544
Contas a receber de clientes	6	-	-	11.718.216	-
Adiantamentos diversos		57.634	945	474.196	945
Despesas antecipadas	8	-	-	377.457	350.994
Tributos a recuperar		96.079	-	187.731	21.521
Dividendos a Receber		606.606	-	-	-
		<u>2.791.620</u>	<u>932.218</u>	<u>30.472.401</u>	<u>31.108.342</u>
Não circulante					
Despesas antecipadas	8	-	-	-	221.942
Investimentos em sociedades controladas	9	142.899.205	105.631.624	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	7.1	-	10.079.187	-	-
Imobilizado	10	-	-	439.794.425	200.298.570
Intangível	11	-	-	20.300.073	17.644.815
		<u>142.899.205</u>	<u>115.710.811</u>	<u>460.094.498</u>	<u>218.165.327</u>
Total do ativo		<u>145.690.825</u>	<u>116.643.029</u>	<u>490.566.899</u>	<u>249.273.669</u>
Passivo					
Circulante					
Tributos a recolher	12	198.011	17.674	1.324.539	1.151.064
Contas a pagar	13	21.756	5.236.711	795.935	133.904.991
Contas a pagar - partes relacionadas	7.1	-	-	684.209	164.261
Empréstimos e financiamentos	14	7.693.615	69.627.858	18.052.903	69.627.858
Empréstimos - partes relacionadas	7.2	40.250.360	-	40.250.360	2.664.709
Provisão para IRPJ e CSLL		30.421	-	3.313.153	-
		<u>48.194.163</u>	<u>74.882.243</u>	<u>64.421.099</u>	<u>207.512.883</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	328.649.138	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>328.649.138</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	16	106.675.815	43.675.819	106.675.815	43.675.819
Prejuízos acumulados		(9.179.152)	(1.915.029)	(9.179.152)	(1.915.029)
Transações de capital		-	(4)	-	(4)
		<u>97.496.663</u>	<u>41.760.786</u>	<u>97.496.663</u>	<u>41.760.786</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>145.690.825</u>	<u>116.643.029</u>	<u>490.566.899</u>	<u>249.273.669</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Receitas e custos operacionais					
Receita de vendas	17	-	-	42.635.736	-
Custo das vendas	18	(21)	-	(19.126.333)	-
Lucro bruto		<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>23.509.403</u>	<u>-</u>
Despesas e outras receitas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	19	(621.656)	(56.981)	(8.216.278)	(261.594)
Outras receitas operacionais	19	-	-	4.977.306	-
Participação de equivalência patrimonial	19	2.142.929	(207.916)	-	-
Amortização do Ágio de investimentos	19	-	(928.674)	-	(928.674)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		<u>1.521.252</u>	<u>(1.193.571)</u>	<u>20.270.432</u>	<u>(1.190.268)</u>
Despesas financeiras	20	(9.569.732)	(847.436)	(26.175.303)	(897.694)
Receitas financeiras	20	784.357	125.978	2.263.557	266.478
Resultado financeiro líquido		<u>(8.785.375)</u>	<u>(721.458)</u>	<u>(23.911.746)</u>	<u>(631.216)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(7.264.123)</u>	<u>(1.915.029)</u>	<u>(3.641.315)</u>	<u>(1.821.484)</u>
IR e CS correntes	15	-	-	(3.292.237)	-
IR e CS diferidos	15	-	-	(330.572)	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(7.264.123)</u>	<u>(1.915.029)</u>	<u>(7.264.123)</u>	<u>(1.821.484)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Adiantamento para aumento de capital	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total controladora e consolidado
			Transação de Capital		
Saldos em 03 de março de 2017	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100</u>
Adiantamento para aumento de capital	-	28.700.000	-	-	28.700.000
Transferencia de Cotas	14.975.719	-	-	-	14.975.719
Subscrição de Capital	28.700.000	(28.700.000)	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	(4)	-	(4)
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	(1.915.029)	(1.915.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>43.675.819</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.915.029)</u>	<u>41.760.786</u>
Adiantamento para aumento de capital	-	63.000.000	-	-	63.000.000
Subscrição de capital	63.000.003	(63.000.000)	-	-	-
Reserva de Capital	(4)	-	4	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(7.264.123)	(7.264.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>106.675.818</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.179.152)</u>	<u>97.496.663</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(7.264.123)	(1.915.029)	(7.264.123)	(1.821.484)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	10.963.147	-
. Provisão de juros	-	-	-	-
. Provisão de juros BNDES	6.707.756	-	27.526.090	-
. Provisão de juros - parte relacionada	87.943	-	194.332	174.753
. Provisão de comissão BNDES	958.000	-	4.042.650	-
. Juros a realizar empréstimos parte relacionada	-	(125.978)	-	-
. Provisão de Juros debêntures	-	667.223	-	667.223
. Provisão de IOF s/ empréstimo parte relacionada	162.417	(53.209)	189.332	15.934
. Outras provisões de juros	-	-	-	-
. Perdas (Ganhos) cambiais em atividades operacionais não realizadas	-	1.721	-	1.721
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	330.572	-
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	3.292.237	-
. Amortização do Ágio de investimentos	-	928.674	-	928.674
. Perda\Ganho de equivalência patrimonial	(2.142.929)	207.916	-	-
	(1.490.935)	(288.682)	39.274.236	(33.179)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
. Aplicações financeiras	(66.796)	-	26.147.946	(29.788.544)
. Contas a receber de clientes	-	-	(11.718.216)	-
. Contas a receber - partes relacionadas	10.079.187	-	-	-
. Adiantamentos	(56.689)	(945)	(473.251)	-
. Despesas antecipadas	-	-	195.479	(573.881)
. Tributos a recuperar	(96.079)	-	(166.210)	(21.521)
. Tributos a recolher	180.336	17.675	173.475	1.149.858
. Dividendos a receber	-	-	-	-
. Contas a pagar	(5.214.955)	(465)	(133.109.056)	128.667.668
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	519.948	164.261
. Provisão para IRPJ e CSLL	30.421	-	-	-
	4.855.425	16.265	(118.429.885)	99.597.841
Gerado pelas operações:				
. IOF pagos de empréstimos parte relacionada	-	-	(42.847)	-
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(309.656)	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	3.364.490	(272.417)	(79.508.152)	99.564.662
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
. Custo na aquisição de investimentos	(35.731.258)	(18.573.490)	-	-
. Aporte de capital em controladas	-	(80.600.000)	-	-
. Aquisição de imobilizado	-	-	(250.459.002)	(197.953.358)
. Aquisição de ativos intangíveis	-	-	(2.655.258)	(11.907.476)
. Custos financeiros capitalizados	-	-	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(35.731.258)	(99.173.490)	(253.114.260)	(209.860.834)

Pirapora II Solar Holding S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

. Aportes de capital dos acionistas	63.000.000	41.316.549	63.000.000	41.316.549
. Reservas de capital		(4)	-	(4)
. Obtenção de empréstimos		-	642.534.074	-
. Obtenção Empréstimos - parte relacionada	40.864.734	-	43.100.570	3.551.774
. Pagamento de empréstimos com parte relacionada (principal)	(864.734)	-	(5.700.570)	(2.343.150)
. Empréstimos - Amortização principal	(63.000.000)	-	(368.000.000)	-
. Empréstimos - Amortização juros	(6.600.000)		(25.943.982)	
. Recursos provenientes de debêntures	-	70.000.000	-	70.000.000
. Custos de transação das debêntures	-	(1.039.365)	-	(1.283.260)
. Custos de transação de empréstimos	-	-	(3.084.650)	-
. Concessão de empréstimos - parte relacionada	-	(9.900.000)	-	-
. Pagamento Empréstimos Juros - parte relacionada	-	-	(155.165)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	33.400.000	100.377.180	345.750.277	111.241.909
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.033.232	931.273	13.127.865	945.737
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	931.273	-	946.338	601
No final do exercício	1.964.505	931.273	14.074.203	946.338
	1.033.232	931.273	13.127.865	945.737

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, constituída em 1 de julho de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso nº 52, 18º andar, Centro. A sociedade tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades.

O Consórcio Pirapora, foi um dos vencedores no 8º leilão de energia de Reserva, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 25,2 MWm ao preço médio de R\$ 300 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades (suas controladas) as quais receberam a autorização para exploração das usinas que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora II para a sociedade Pirapora II Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Sociedade passou a controlar 100% do capital das Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 16 de maio de 2017, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda na qual a Sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora II Solar Holding S.A.

As Entidades controladas entraram em operação comercial ao longo do mês de maio de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora II: a partir do dia 26 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.167, de 25 de maio de 2018;
- Pirapora III: a partir do dia 18 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.098, de 17 de maio de 2018;
- Pirapora IV: a partir do dia 04 de maio de 2018, conforme despacho nº 998, de 03 de maio de 2018;

Em 07 de dezembro de 2018, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Sociedade, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 100% da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de

participação na Sociedade, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Sociedade e algumas de suas controladas apresentam capital circulante negativo em 31 de dezembro de 2018. Ressalta-se que, apesar da entrada em operação acima mencionada, as Sociedades controladas ainda apresentavam capital de giro negativo relevante durante o ano de 2018 e, por conta de necessidade de caixa, realizaram transações de financiamento ao longo do exercício de 2018, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações.

1.1 Da autorização

As Sociedades fazem parte do Complexo Solar Pirapora II que possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

Controladas	Assinatura da Outorga	Capacidade
Pirapora II Energias Renováveis S.A	10 de maio de 2016	30 MW
Pirapora III Energias Renováveis S.A	09 de maio de 2016	30 MW
Pirapora IV Energias Renováveis S.A	31 de maio de 2016	30 MW
		<hr/>
		90 MW
		<hr/> <hr/>

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- a.** Planta fotovoltaica composta por três subparques de 30 MW cada;
- b.** Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- c.** Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- d.** Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora II à Subestação Pirapora 2;
- e.** Bay de Conexão na Subestação Pirapora II em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por conta de não existir nenhuma transação que envolva outros resultados abrangentes nos termos apresentados no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.12.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) *Provisão para desmobilização*

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) *Provisões para contingências judiciais*

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Sociedade não tem nenhuma contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(iii) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(iv) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos mútuos com partes relacionada empréstimos com o BNDES.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.3 Investimento em controlada

O investimento em controladas (Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relariva nas controladas.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: Ágio apurado nas aquisições de negócios e Ágio com a vida

útil definida, sendo a amortização ao prazo de autorização para a geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2018 foram identificados ajustes nos valores das provisões dos ativos registrados.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

Debêntures

Em 23 de novembro de 2017 a Sociedade assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é o BTG Pactual. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora II Solar Holding S.A.	70.000.000	7.000	10.000	31/01/2019

Abaixo apresentamos a movimentação dos recursos, que foram liberados ao longo do exercício de 2018, conforme segue:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	69.627.858
--	-------------------

Juros e encargos	7.655.756
Liquidação de principal	(63.000.00)
Liquidação de juros	(6.600.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>7.693.615</u>

Já as suas controladas assinaram o instrumento de emissão das debêntures em 19 de dezembro de 2017. O agente fiduciário foi o Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, nos seguintes valores:

Controlada	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora II Energias Renováveis S.A	101.680.000	10.168	10.000	19/12/2018
Pirapora III Energias Renováveis S.A	101.660.000	10.166	10.000	19/12/2018
Pirapora IV Energias Renováveis S.A	101.660.000	10.166	10.000	19/12/2018
Total	<u>305.000.000</u>	<u>30.500</u>		

Abaixo apresentamos a movimentação dos recursos, que foram tanto liberados quanto quitados ao longo do exercício de 2018, conforme segue:

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	101.680.000	101.660.000	101.660.000	305.000.000
Juros e encargos	6.476.181	6.455.052	6.008.711	18.939.944
Liquidação de principal	(101.680.000)	(101.660.000)	(101.660.000)	(305.000.000)
Liquidação de juros	(6.476.181)	(6.455.052)	(6.008.711)	(18.939.944)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem

basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.11 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. *Receita de geração de energia*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. *Receita de geração de energia em fase de teste*

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. *Receita de juros*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.12 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2018.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos

nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação para o lucro presumido em 2018 e face a Sociedade não apresentar histórico de lucratividade fiscal o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2017.

3.13 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018:

IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação dos ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos, quando contratados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Conforme mencionado, a Sociedade não identificou impactos representativos que trouxessem alteração na apresentação dos instrumentos financeiros:

Conta	Classificação	Classificação	Valor Contábil	Novo Valor Contábil
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	946.338	29.788.544
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	29.788.544	29.788.544
Total de ativos financeiros			30.734.882	30.734.882
Passivos financeiros				
Contas a pagar	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	133.904.991	133.904.991

Contas a pagar com partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	164.261	164.261
Empréstimos com partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	2.664.709	2.664.709
Total de passivos financeiros			136.733.961	136.733.961

A Sociedade optou por não apresentar a reconciliação dos valores entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 em função de não ter identificado impactos relevantes, inclusive na avaliação do modelo de perdas esperadas, uma vez que entende que a regulação efetuada pelos órgãos de mercado mantém o equilíbrio econômico do negócio.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, e entrou em vigor em janeiro de 2018 em substituição ao IAS 11 - “Contratos de Construção” e ao IAS 18 - “Receitas”, como demais interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração do valor e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A adoção as alterações introduzidas pela nova norma não trouxe impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A Administração ressalta que, considerando a natureza de suas operações de venda, na qual as obrigações de desempenho são transparentes e objetivas e a transferência do controle dos bens é realizada mediante a responsabilidade que é transferida ao comprador, já adotava a prática de reconhecer as vendas de forma que a receita representasse o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

De acordo com os requerimentos da norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventos de contraprestação variável, tais como descontos eventuais, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho ou ainda penalidades aplicáveis que, de acordo com a norma, devem ser classificados como contraprestação variável. A Administração avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado é sobre as penalidades aplicadas por baixa geração de energia, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional, conforme disposto na nota explicativa nº 17 - Receita Operacional. Cabe destacar que apesar da mudança acima descrita, não identificamos impactos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em função de a Sociedade não ter incorrido em nenhuma penalidade.

O CPC 47/IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo com relação a outras fontes de receita.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, a Sociedade não espera que tenham impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras e ainda continua avaliando os potenciais impactos, se existirem, referentes a adoção do IFRS 16.

(i) IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo.

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

4 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos	1.964.505	931.273	14.074.203	946.338
Total	1.964.505	931.273	14.074.203	946.338

5 Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações Financeiras	66.796	-	3.640.598	29.788.544
Total	66.796	-	3.640.598	29.788.544

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2018, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,26% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	11.718.216	-
Total	-	-	11.718.216	-

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2018. Além disso, não há histórico ou expectativas futuras de perdas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, A Administração entende não ser necessária a

constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas incorridas) e avaliação de perdas de crédito esperadas.

7 Transações com parte relacionadas

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

7.1 Contrato de mútuo concedido

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela Sociedade as suas controladas. O montante principal, de R\$ 10.340.000, era atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%, montados em R\$ 85.209 e R\$ 366.855, respectivamente. A quitação do mútuo foi feita em 2018.

	Controladora	
	2018	2017
PIRAPORA II ENERG RENOVÁVEIS S/A	-	3.359.729
PIRAPORA III ENERG RENOVÁVEIS S/A	-	3.359.729
PIRAPORA IV ENERG RENOVÁVEIS S/A	-	3.359.729
Total	-	10.079.187

	2017	PRINCIPAL		JUROS		IOF		2018
	Saldo inicial	Captação	Recebimento	(+JUROS)	(-JUROS)	(+IOF)	(-IOF)	Saldo Final
PIRAPORA II ENERG RENOVÁVEIS S/A	3.359.729	8.975.000	(12.275.000)	263.609	(305.602)	63.881	(81.617)	-
PIRAPORA III ENERG RENOVÁVEIS S/A	3.359.729	8.975.000	(12.275.000)	263.609	(305.602)	63.881	(81.617)	-
PIRAPORA IV ENERG RENOVÁVEIS S/A	3.359.729	8.975.000	(12.275.000)	263.609	(305.602)	63.881	(81.617)	-

(a) Consórcio Pirapora II Interconexões

Em 09 de Maio de 2017, foi constituído o Consórcio Pirapora 2 Interconexões (o “Consórcio”), com objetivo de trabalhar no desenvolvimento, execução, implantação, operação e manutenção das instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica (o Empreendimento). O Consórcio compreende as Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.

Inicialmente as consorciadas denominaram a Pirapora IV como a líder do projeto, que terá duração de 35 anos. Posteriormente foi feito um aditivo nomeando Pirapora II como a líder do consórcio.

As despesas referem-se exclusivamente ao rateio dos custos da subestação e da linha de transmissão, no percentual de 33,33% para cada Sociedade participante. Os repasses não possuem custo financeiro e o contrato tem tempo de vigência de 35 anos.

7.2 Mutuo parte relacionadas

	Saldo em 31/12/2017	Aquisição	Controladora e Consolidado		Amortização Principal	Saldo em 31/12/2018
			Apropriação Juros	IOF		
EDF EN Participações do Brasil Ltda	-	40.000.570	85.758	162.407	(570)	40.248.165
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	-	249.811	-	-	(249.811)	-
Pirapora III Energias Renováveis S.A.	-	439.978	2.185	10	(439.978)	2.195
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	-	174.376	-	-	(174.376)	-
	-	40.864.734	87.943	162.417,47	(864.734)	40.250.360

Apresentamos abaixo a movimentação dos mútuos com partes relacionadas, conforme segue:

	Saldo em 03/03/2017	Apropriação			Amortização			Saldo em 31/12/2018
		Aquisição	Juros	IOF	Principal	Juros	IOF	
EDF EN Participações do Brasil Ltda	-	40.000.570	85.758	162.407	(570)	-	-	40.248.165
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	717.422	-	14.339	1.814	(700.000)	(27.471)	(6.104)	-
Pirapora III Energias Renováveis S.A.	717.422	2.300.000	55.943	16.793	(3.000.000)	(66.890)	(21.073)	2.195
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	1.229.866	800.000	38.292	8.317	(2.000.000)	(60.804)	(15.670)	-
	2.664.709	43.100.570	194.332	189.332	(5.700.570)	(155.165)	(42.847)	40.250.360

Consórcio Pirapora Interconexões

Em 07 de Dezembro de 2017 foi assinado o aditivo ao contrato de formação do Consórcio Pirapora Interconexões, (o “Consórcio”), com objetivo de ratear os custos que o projeto Pirapora Fase 1 (composta pelas entidades Pirapora V Energias Renováveis S.A., Pirapora VI Energias Renováveis S.A., Pirapora VII Energias Renováveis S.A., Pirapora IX Energias Renováveis S.A., Pirapora X Energias Renováveis S.A.) com os projetos Pirapora Fase 2, (composto pelas entidades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A., Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) e com o projeto Pirapora Fase 3, (composto pelas entidades Vazante I Energias Renováveis S.A., Vazante II Energias Renováveis S.A. e Vazante III Energias Renováveis S.A.) teve com a construção da Subestação.

As Consorciadas denominaram Pirapora X Energias Renováveis S.A. como a líder do projeto, que terá duração de 35 anos.

(b) **Consórcio Pirapora II Interconexões**

Em 09 de Maio de 2017, foi constituído o Consórcio Pirapora 2 Interconexões (o “Consórcio”), com objetivo de trabalhar no desenvolvimento, execução, implantação, operação e manutenção das instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica (o Empreendimento). O Consórcio compreende as Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.

Inicialmente as consorciadas denominaram a Pirapora IV como a líder do projeto, que terá duração de 35 anos. Posteriormente foi feito um aditivo nomeando Pirapora II como a líder do consórcio.

As despesas referem-se exclusivamente ao rateio dos custos da subestação e da linha de transmissão, no percentual de 33,33% para cada Sociedade participante. Os repasses não possuem custo financeiro e o contrato tem tempo de vigência de 35 anos.

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2018 e em 2017.

8 Despesas antecipadas

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017	2018	2017
Administrativas - seguros		-	377.457	572.936
Total	-	-	377.457	572.936
Curto prazo	-	-	377.457	350.994
Longo Prazo	-	-	-	221.942

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transportes Nacional e Atraso no início das operações em decorrência de sinistros de transportes bem como as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura. A importância segurada é de R\$ 517.117.139,02 tendo como vigência o período de 04/05/2018 à 04/05/2019.

Coberturas	Importâncias seguradas
Lucro Cessante	R\$ 76.728.139,02
Danos Materiais	R\$ 440.389.000,00

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 50.000.000 tendo como vigência o período de 17/09/2018 à 17/09/2019.

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos - Energia, Responsabilidade Civil Cruzada, Pulção Súbita e Acidental	R\$ 50.000.000,00

9 Investimentos em Sociedades controladas

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Patrimônio da investida	47.414.335	48.043.500	47.441.370	142.899.205
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	47.414.335	48.043.500	47.441.370	142.899.205

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

	Saldo em	Aporte de capital	Equivalência	Dividendos	Saldo em
	31/12/2017				31/12/2018
PIRAPORA II ENERGIAS RENOVÁVEIS	35.343.820	12.633.779	(563.265)	-	47.414.335
PIRAPORA III ENERGIAS RENOVÁVEIS	35.222.012	11.869.206	1.227.222	(274.940)	48.043.500
PIRAPORA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS	35.065.792	11.228.273	1.478.972	(331.667)	47.441.370
	105.631.624	35.731.259	2.142.929	(606.606)	142.899.205

Saldo em

Amortização

Saldo em

	03/03/2017 (i)	Aquisição de investimentos (ii)	Equivalência	Transferencia	de custo de aquisição (ii)	Aporte de capital (iii)	31/12/2017
PIRAPORA II ENERGIAS RENOVÁVEIS	2.593.675	6.313.616	(55.854)	(62.100)	(312.577)	26.867.060	35.343.820
PIRAPORA III ENERGIAS RENOVÁVEIS	2.537.785	6.203.409	(69.581)	(6.210)	(309.861)	26.866.470	35.222.012
PIRAPORA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS	2.463.265	6.056.466	(82.480)	68.310	(306.239)	26.866.470	35.065.792
	7.594.725	18.573.491	(207.915)	-	(928.677)	80.600.000	105.631.624

- (i) Em 16 de maio de 2017, mediante Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Pirapora II Holding aprovaram a contribuição de capital das controladas Pirapora II Energias Renováveis S.A, Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A, na Sociedade. O montante contribuído foi calculado a valor presente, tendo como base, laudo de avaliação emitido por consultores externos, independentes, contratados pela Sociedade.
- (ii) Refere-se ao custo de aquisição do investimento nas Sociedades controladas e ao custo referente ao conjunto de licenças e autorizações obtidas junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos. A avaliação destes custos também foi calculada com base em laudo emitido por consultor externo. Mais detalhes sobre a transação estão evidenciados na nota explicativa 20.
- (iii) Durante o ano de 2017 a Sociedade adiantou para as empresas o valor de R\$ 80.600.000, com a finalidade de financiamento da construção dos parques. Deste valor, R\$ 5.900.000 foi integralizado até 31 de dezembro de 2017 e R\$ 74.700.000 foram disponibilizados como adiantamento para futuro aumento de capital, que serão integralizados ao longo do exercício de 2018, mediante deliberação da Administração.

Apresentamos abaixo as principais informações financeiras das entidades controladas:

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
Ativos circulantes	13.923.455	12.362.295	10.679.462
Ativos não circulantes	147.044.194	145.987.451	146.764.975
Passivos circulantes	6.009.618	4.573.543	4.571.112
Passivos não circulantes	114.364.414	112.507.247	112.136.765
Patrimônio Líquido	41.156.881	40.041.734	39.257.588
Resultado	(563.265)	1.227.222	1.478.972

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Consolidado	2018					
	Taxa de deprec. Anual%	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Painéis solares fotovoltaicos (i)	4%	-	250.459.002	200.298.570	(10.963.147)	439.794.425
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (ii)	-	34.860.892	-	(34.860.892)	-	-
Capitalizações resultado financeiro (iii)	-	243.895	-	(243.895)	-	-
Instalações em construção (iv)	-	165.193.783	-	(165.193.783)	-	-
Total		200.298.570	250.459.002	-	(10.963.147)	439.794.425
Custo		200.298.570				450.757.572
Depreciação acumulada		-				(10.963.147)
Imobilizado líquido		165.407.370				439.794.425

Consolidado	2017					
	Taxa de deprec. Anual%	Saldo em 03/03/17	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Adiantamentos para aquisição de imobilizado (ii)	-	-	34.860.892	-	-	34.860.892
Capitalizações resultado financeiro (iii)	-	-	243.895	-	-	243.895
Instalações em construção (v)	-	-	164.021.177	1.172.606	-	165.193.783
Total		-	199.125.964	1.172.606	-	200.298.570
Custo		-				200.298.570
Imobilizado líquido		-				200.298.570

(i) Painéis solares fotovoltaicos

Com o início da operação comercial da Sociedade e de suas controladoras, a construção dos painéis solares fotovoltaicos foi finalizada. O montante anteriormente era classificado como instalações em construção, adiantamentos para aquisição de imobilizado e capitalização dos empréstimos.

(ii) Adiantamento para aquisição de imobilizado

Referem-se a gastos incorridos e adiantados a fornecedores para a implantação do projeto eólico, preparação da usina e aquisição das turbinas, representados acima Com o termino da construção, o montante foi totalmente capitalizado, transferindo o seu saldo para a conta de painéis solares.

(iii) Resultados financeiros

O montante demonstrado em capitalizações financeiras é composto de juros, IOF, comissões e despesas com serviços financeiros no montante total de R\$ 243.895. baseado nos parágrafos 5 e 6 do CPC 20. todos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção do ativo qualificável em questão. A capitalização cessou no instante em que as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para seu uso foram concluída.

(iv) Instalações em construção

O montante demonstrado em Instalações em construções, refere-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção do parque eólico e que são necessários para colocar o ativo no local e condição.

Em 2017, parte dos valores de instalações em andamento estavam sendo classificados na rubrica de projetos em andamento dentro do Intangível, sendo transferidos para ativo imobilizado quando da entrada da operação em 2018.

11 Intangível

A composição do intangível é demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/17	Adição	Saldo em 31/12/18
Projetos em andamento (a)	-	-	-
Ativos Intangíveis amortizáveis (b)	17.644.815	2.655.258	20.300.073
Total	17.644.815	2.655.258	20.300.073

	Saldo em 31/12/16	Adição	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/17
Projetos em andamento (a)	1.172.606	-	(1.172.606)	-	-
Ativos Intangíveis amortizáveis (b)	-	18.573.490	-	(928.675)	17.644.815
Total	1.172.606	18.573.490	(1.172.606)	(928.675)	17.644.815

Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Sociedade.

12 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017	2018	2017
Tributos Federais	198.011	17.674	1.035.512	29.928
Tributos Estaduais	-	-	42.199	1.532
Tributos Municipais	-	-	116.632	316.856
INSS retido	-	-	130.196	802.748
Total	198.011	17.674	1.324.539	1.151.064

13 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Solatio Brasil Gestao de Projetos	-	5.235.455	-	5.235.455
Biosar Brasil	-	-	544.824	11.039.034
Flextronics International	-	-	8.551	102.454.978
General Cable Brasil Indústria e Comercio Ltda	-	-	-	8.069.763
GE Power Conversion Brasil Ltda	-	-	-	2.353.200
Limiar Consultoria e Projetos Ltda	-	-	-	41.343
Weg Equipamentos	-	-	-	4.689.899
Diversos	-	-	66.878	21.319
Swiss RE Corporate Solutions Brasil Seguros	-	-	112.875	-
Afaplan Planejamento	-	-	32.981	-
JG Assis de Almeida	11.678	-	11.678	-
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO	2.706	-	2.706	-
CABRERA CONSULTORIA CONTABIL E TRIBUTARI	3.090	-	3.090	-
Domingues e Pinho Contadores	2.859	-	10.929	-
	1.423	1.256	1.423	-
	21.756	5.236.711	795.935	133.904.991

14 Empréstimos e financiamentos

Controladora

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2018</u>
Principal Debentures	R\$	CDI +2,75 %	31/01/2019	7.000.000
Juros		-	-	774.979
Custos de captação		-	-	(81.634)
				7.693.615

Passivo Circulante 7.693.615
 Passivo Não Circulante -

A movimentação no exercício da linha de crédito das debêntures segue apresentada abaixo:

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Apropriação</u>		<u>Amortização</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
	<u>Juros</u>	<u>Comissões</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	
69.627.858	6.707.756	958.000	(63.000.000)	(6.600.000)	7.693.615
69.627.858	6.707.756	958.000	(63.000.000)	(6.600.000)	7.693.615

Consolidado

	<u>Saldo em</u> <u>31.12.</u> <u>2017</u>	<u>Apropriação</u>			<u>Amortização</u>			<u>Saldo em</u> <u>31.12.2018</u>
		<u>Adição</u>	<u>Juros</u>	<u>Custos</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Custos</u>	
Pirapora II Energia Renováveis	-	215.880.158	6.640.437	1.035.113	(102.125.990)	(6.030.191)	(1.027.801)	114.364.414
Pirapora III Energia Renováveis	-	213.994.285	6.628.014	1.026.013	(102.114.036)	(6.001.016)	(1.030.742)	112.507.247
Pirapora IV Energia Renováveis	-	213.559.656	6.678.273	1.026.106	(101.660.000)	(6.441.166)	(1.026.106)	112.136.764
	-	643.434.099	19.946.724	3.087.232	(305.900.026)	(18.472.373)	(3.084.650)	339.008.425

Passivo Circulante (Consolidado) 18.052.903
 Passivo Não Circulante (Consolidado) 328.649.139

Em 23 de novembro de 2017 as controladas da Sociedade, firmaram contrato de financiamento mediante ao contrato de coordenação e distribuição Pública de Debêntures Simples, sendo a instituição intermediária o Banco BTG Pactual S.A, no valor de R\$ 305.000.000,00. O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 3.087.232 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 19.280.911,27. Os custos de captação são considerados na composição da dívida. O objetivo desta captação foi financiar a construção dos parques solar das SPEs Pirapora II Energias Renováveis S.A, Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A. Sobre o principal da dívida incidem a CDI mais juros de 1,25% a.a., Com vencimento em janeiro de 2019.

Em 28 de junho de 2018, as controladas firmaram contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 366.477.562,97. A quitação do principal ocorrerá mensalmente a partir de 2019, findando-se em 2038. Sobre o montante liberado incide a Taxa de Juros Constitucionais (TFC), que corresponde a taxa pré-fixada de 2,0766% e de atualização monetária pelo IPCA. Em 2018, ocorreu a liberação do crédito em um montante total de R\$ 337.130.036,67. Os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são de R\$ 1.878.389,25. O objetivo destas captações é a implantação (construção) do parque solar.

Garantias

O empréstimo conta com garantias corporativas, penhor de ações e equipamentos.

Covenants

Inadimplemento da Companhia ou protesto em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Constituição de ônus sobre os ativos da Companhia superior a R\$9.000.000,00 , excluídos os casos de financiamento de longo prazo.

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o resultado pelo lucro real e as siass controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Segue abaixo a composição dos valores a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Consolidada 2018	Consolidada 2017
Contribuição Social	957.439	335.113
Imposto de Renda	2.334.797	822.210
Total	<u>3.292.236</u>	<u>1.157.323</u>

Considerando que a Sociedade não apresentou IRPJ e CSLL devidos nos exercícios de 2017 e 2018, apresentaremos a abaixo o cálculo consolidado de suas controladas de 2018:

Impostos correntes:

	2018	2017
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Receitas de vendas	34.285.929	7.866.104
Base presumida para o IRPJ (8%)	2.742.874	629.288
Base presumida para a CSLL (12%)	4.114.311	943.932
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	591.738	373.668
Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas	-	130

Receita de descontos	895.262	2.313.562
Demais receitas e ganhos de capital	5.036.898	92.190
Base de cálculo do imposto de renda	9.266.772	3.408.838
Base de cálculo da contribuição social	10.638.209	3.723.482
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	1.390.016	511.326
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	944.782	310.884
Alíquota da Contribuição Social - 9%	957.439	335.113
Total de Imposto de Renda Corrente	2.334.797	822.210
Total de Contribuição Social Corrente	957.439	335.113
Total dos tributos correntes	3.292.236	1.157.323

Impostos Diferidos	2018	2017
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Base de cálculo para os tributos diferidos		
Variação do contas a receber	10.732.862	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	858.629	-
Base presumida para a CSLL (12%)	1.287.943	-
Juros a receber - CCEE	-	-
Base de cálculo do imposto de renda	858.629	-
Base de cálculo da contribuição social	1.287.943	-
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	128.794	-
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	85.863	-
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	115.915	-
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	214.657	-
Total de Contribuição Social Diferida	115.915	-
Total de tributos diferidos	330.572	-

16 Patrimônio Líquido

16.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 106.675.818 (43.675.419 em 31 de dezembro de 2017), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 106.675.816 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	%	2018	2017
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50/80	53.337.909	34.940.655
Ômega Geração S.A.	50	53.337.909	-
Canadian Solar Uk Projects Limited	20	-	8.735.163
	100	106.675.818	43.675.419

Em 07 de dezembro de 2017, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Sociedade, sendo

30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 100% da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Sociedade, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações LTDA.

Em 25 Junho de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no valor de R\$ 20.000.000 (vinte milhões) com emissão de 20.000.000 (vinte milhões) novas ações representativas do capital social da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de Agosto de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no valor de R\$ 20.000.000 (vinte milhões) com emissão de 20.000.000 (vinte milhões) novas ações representativas do capital social da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 07 de novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no valor de R\$ 23.000.000 (vinte e três milhões) com emissão de 23.000.000 (vinte e três milhões) novas ações representativas do capital social da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 07 de Dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da companhia no valor de R\$ 3,48 (três e quarenta e oito centavos) com emissão de 1 (uma) nova ação representativa do capital social da Companhia, ordinária, nominativa e sem valor nominal

Resultado do exercício

A Sociedade registrou prejuízo no montante de R\$ 7.264.123 em 31 de dezembro de 2018 (prejuízo de R\$ 277.961 em 31 de dezembro de 2017).

16.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2018 em função do prejuízo reconhecido.

17 Receitas de vendas

A composição das receitas de vendas consolidada é demonstrada abaixo:

	Consolidada 2018	Consolidada 2017
Geração de energia		
Receita de vendas	44.251.955	-
(-) Penalidade por baixa geração	-	-
Receita bruta	44.251.955	-
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(287.682)	-
COFINS	(1.327.761)	-
ICMS	(776)	-
ISS	-	-
Total das deduções da receita bruta	(1.616.219)	-
Total da receita líquida	42.635.736	-

18 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidada 2018	Consolidada 2017
Custos operacionais				
Seguros	-	-	(397.032)	-
	-	-	(397.032)	-
Impostos e taxas				
TUSD	(21)	-	(2.252.670)	-
Taxa de regulamentação	-	-	(3.214)	-
	(21)	-	(2.255.885)	-
Serviços prestados				
Serviços de engenharia	-	-	(4.540.853)	-

Serviços de manutenção	-	-	(536.623)	-
Outros Serviços	-	-	(432.793)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.510.269)</u>	<u>-</u>
Depreciação				
Custo com depreciação	-	-	(10.963.147)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.963.147)</u>	<u>-</u>
Total dos custos de vendas	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>(19.126.333)</u>	<u>-</u>

19 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Despesas Administrativas				
Despesas Legais	-	(1.695)	-	(4.212)
Contribuições a associações	-	-	(912)	-
Outras	(16.721)	(305)	(591.774)	(1.256)
	<u>(16.721)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>(592.686)</u>	<u>(5.468)</u>
Impostos e taxas				
	2018	2017	2018	2017
IR de Mutuo	-	-	-	(3.696)
IOF	-	(4.636)	-	(13.623)
Taxas Municipais	-	(803)	-	(803)
Outros impostos e taxas	(76.134)	-	(382.743)	(1.365)
Pis e Cofins	(43.154)	(5.858)	(43.154)	(41.904)
	<u>(119.288)</u>	<u>(11.297)</u>	<u>(425.897)</u>	<u>(61.391)</u>

Controladora

Consolidado

Despesas com serviços prestados	2018	2017	2018	2017
Honorários de Contadores	(43.529)	(17.621)	(329.491)	(154.442)
Honorários de Consultores	(3.923)	(980)	(5.622.524)	(3.920)
Honorários de Auditores	(12.420)	-	(39.031)	-
Honorários de Advogados	(423.419)	(1.275)	(839.220)	(38.458)
Serviços de tradução	-	-	(2.176)	-
Publicidade	-	(20.814)	-	(20.814)
Outros Serviços	(2.357)	(2.994)	(47.970)	(15.443)
	<u>(485.647)</u>	<u>(43.684)</u>	<u>(6.880.412)</u>	<u>(233.077)</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais				
Outras despesas operacionais	-	-	-	(949)
Outras receitas operacionais	-	-	4.977.306	39.291
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.977.306</u>	<u>38.342</u>
Rateio de despesas				
Salários	-	-	(69.040)	-
Previdência social	-	-	(30.682)	-
Outros custos com pessoal	-	-	-	-
Outros serviços	-	-	(104.511)	-
Aluguel	-	-	(17.374)	-
Seguros	-	-	(98)	-
Viagens e estadias	-	-	(1.362)	-
Serviços prestados pelo exterior	-	-	(89.830)	-
Outros custos	-	-	(4.385)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(317.282)</u>	<u>-</u>
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	<u>(621.657)</u>	<u>(56.981)</u>	<u>(3.238.972)</u>	<u>(261.594)</u>

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	314.336	-	906.075	140.496
Desconto	-	-	664.660	-
Juros - parte relacionada	470.021	125.978	462.709	125.978
Juros	-	-	230.113	-
Outras Receitas	-	-	-	4
	784.357	125.978	2.263.557	266.478
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	(104.822)	-	-	-
Juros de empréstimos	(6.564.356)	(667.223)	(614.856)	(714.135)
Despesas bancárias	(1.970.624)	(462)	(19.402.830)	(1.899)
Variação cambial passiva	-	(1.721)	(3.438.833)	(1.721)
Encargos sobre pagamento em atraso	-	(750)	8	(2.633)
Despesas com IOF	(208.149)	(17.176)	(461.798)	(17.202)
Custos com empréstimos	(721.781)	(160.104)	(2.256.994)	(160.104)
Outras despesas financeiras	-	-	-	-
	(9.569.732)	(847.436)	(26.175.303)	(897.694)
Resultado Financeiro líquido	(8.785.375)	(721.458)	(23.911.746)	(631.216)

21 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora	Controladora	Consolidada	Consolidada
		2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	Custo amortizado	66.796	-	3.640.598	-
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	11.718.216	-
Passivos	Categorias				

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2018		2018	
	Controladora		Consolidada	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	21.756	-	795.935	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	686.404	-
Empréstimos e financiamentos	7.693.615	-	18.052.903	328.649.139
Contratos de mútuo - parte relacionada	40.250.360	-	40.250.360	-
	<u>47.965.731</u>	<u>-</u>	<u>59.785.602</u>	<u>328.649.139</u>
	2017		2017	
	Controladora		Consolidada	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	5.236.711	-	133.904.991	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	164.261	-
Empréstimos e financiamentos	69.627.858	-	69.627.858	-
Contratos de mútuo - parte relacionada	-	-	2.664.709	-
	<u>74.864.569</u>	<u>-</u>	<u>206.361.819</u>	<u>-</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Os riscos atrelados às operações da Sociedade estão ligados a variação da TJLP e CDI. Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos aos quais a Sociedade estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes: com base no Banco Central, foi obtida a taxa TJLP e CDI, cuja taxa inicial para 2018

é de 6,75% e 6,89% respectivamente, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e 50%. (Remoto):

Operação	2018	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros	-	-	-	7.693.615	-
Debentures (BL)	70.000.000	CDI	261.545	273.478	285.411
BNDES	339.008.426	CDI	21.020.199	12.293.869	13.569.596

22 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
2018	Volume (MWh)	12.298	12.298	12.298
	Preço (R\$/MWh)	358	356	356
	Total (R\$ Mil)	4.403	4.378	4.378
2019	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	361	359	359
	Total (R\$ Mil)	26.564	26.417	26.417
2020-2038	Total (R\$ Mil)	791.629	787.684	787.684

b. Contratos com fornecedores

A Sociedade possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos e para a construção das usinas, que entraram em operação no primeiro semestre de 2018, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

		ANO 2018
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	AFAPLAN - PLANEJ. E GESTAO DE PROJ. LTDA	457.509
	BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA	49.873.778
	CANADIAN SOLAR DES. DE USINAS SOLARES LT	324.605
	FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTD	34.845.349
	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	1.088.144
	TOTAL PIRAPORA II	86.589.385

	<u>ANO 2018</u>
Pirapora III Energias Renováveis S.A.	AFAPLAN - PLANEJ. E GESTAO DE PROJ. LTDA 457.372
	BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA 49.858.819
	CANADIAN SOLAR DES. DE USINAS SOLARES LT 324.508
	FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTD 34.834.898
	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A 1.087.817
	<u>TOTAL PIRAPORA III 86.563.414</u>

	<u>ANO 2018</u>
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	AFAPLAN - PLANEJ. E GESTAO DE PROJ. LTDA 457.372
	BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA 49.858.819
	CANADIAN SOLAR DES. DE USINAS SOLARES LT 324.508
	FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTD 34.834.898
	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A 1.087.817
	<u>TOTAL PIRAPORA IV 86.563.414</u>